



Relatório relativo à participação da Assembleia da República na Sessão Plenária da Conferência sobre o Futuro da Europa Parlamento Europeu (Estrasburgo), 11 e 12 de março de 2022

- *Delegação da Assembleia da República*

Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS)

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Moniz (PSD)

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Fabíola Cardoso (BE)

Membro da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Bruno Dias (PCP)

- *Assessoria*

Catarina Ribeiro Lopes, Representante da AR em Bruxelas

Liliane Sanches da Silva, Assessora Parlamentar da Comissão de Assuntos Europeus

ENQUADRAMENTO

Teve lugar, nos dias 11 e 12 de março de 2022, a 4.ª sessão plenária da Conferência sobre o Futuro da Europa, que decorreu presencialmente no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, e também em formato virtual.

Além da sessão plenária, tiveram lugar, no dia 10 de março, a reunião da componente *Parlamentos nacionais*, e, na manhã do dia 11 de março, as reuniões dos grupos de trabalho do plenário.

Neste sentido, constavam da agenda de trabalhos as seguintes reuniões:

1. REUNIÃO COM OS REPRESENTANTES DOS PARLAMENTOS NACIONAIS QUE PARTICIPAM NA SESSÃO PLENÁRIA – COMPONENTE PARLAMENTOS NACIONAIS

No dia 10 de março teve lugar a reunião da componente *Parlamentos nacionais* que contou com a participação dos representantes de cada Parlamento nacional no plenário da Conferência sobre o Futuro da Europa. Esta reunião foi organizada pela Presidência francesa do Conselho da União Europeia, tendo



os trabalhos sidos dirigidos por Jean-François Rapin (Senado) e Pieyre-Alexandre Anglade (Assembleia Nacional) o qual, no uso da palavra, manifestou a sua solidariedade e apoio para com o povo ucraniano, atendendo ao conflito com a Rússia. Em seguida, deu nota de que na presente reunião abordar-se-ia a forma de participação no plenário, de acordo com a nota sobre a metodologia a adotar pelos grupos de trabalho que prevê que os Presidentes dos grupos de trabalho formulem o projeto de propostas para cada um dos tópicos da Conferência, que serão depois discutidos nos respetivos grupos de trabalho e apresentados nas sessões plenárias seguintes. Referiu, ainda, o objetivo de, nesta reunião, se formular um projeto de propostas sobre os temas a apresentar à componente do Parlamento Europeu, tendo em vista a possível adoção, pelas duas componentes, de um contributo conjunto, a apresentar ao plenário da Conferência, o que foi secundado pelo copresidente Jean-François Rapin.

Durante o intercâmbio de pontos de vista, para além da referência à solidariedade para com a Ucrânia, os parlamentares aludiram à existência de listas transnacionais, ao reforço do papel dos Parlamentos nacionais, à adoção de um contributo comum entre todas as componentes da Conferência, à participação dos cidadãos na eleição do Presidente da Comissão Europeia, ao reforço da solidariedade na União Europeia (UE), ao Estado de direito, à democracia e valores da UE, à aplicação do princípio da subsidiariedade, à criação de um Gabinete de Ligação para fomentar a aproximação entre a União Europeia e os territórios locais e regionais, à política de alargamento da União, ao impacto da guerra na Europa, à disponibilização de ajuda humanitária, e à autonomia estratégica, energética e de segurança da UE.

Findo o debate, os copresidente enumeraram alguns dos pontos para reflexão resultantes da discussão, tais como, o reforço do papel dos Parlamentos nacionais e das instituições europeias através do recurso ao mecanismo do princípio da subsidiariedade, a possibilidade de serem apresentadas questões por escrito pelos deputados nacionais às instituições europeias, o reforço da subsidiariedade através do cartão amarelo, as listas transnacionais, o reforço da democracia europeia e o processo de «*Spitzenkandidaten*».

2. REUNIÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO DO PLENÁRIO DA CONFERÊNCIA

Na manhã do dia 11 de março, tiveram lugar as reuniões dos grupos de trabalho do plenário sobre os tópicos da Conferência, das quais se destacam aquelas em que os membros da delegação da Assembleia da República participam, nomeadamente:

Grupo de trabalho sobre transformação digital: A reunião foi presidida pela Deputada Elina Valtonem, do Parlamento finlandês, e incidiu sobre a apresentação das recomendações do painel 1 de cidadãos europeus, agrupadas nos seguintes tópicos: 1) acesso às infraestruturas digitais, 2) competências digitais para empoderar os cidadãos, 3) uma sociedade digital segura e confiável, e 4) inovação digital para fortalecer a economia. A Presidente informou que nas reuniões anteriores tinham

sido analisados os contributos da plataforma digital sobre os temas «proteger a sociedade», «empoderar os cidadãos» e «fortalecer a economia» e que, presentemente, iniciar-se-ia a discussão sobre as propostas do grupo de trabalho.

De seguida, usaram da palavra os representantes do painel de cidadãos, que apresentaram as suas recomendações, aludindo à formação digital, à obrigatoriedade de as escolas alertarem para os perigos da internet, à necessidade de investimentos em infraestruturas digitais, também no setor automóvel, a um quadro de competências reforçadas para a Europol, ao acesso à internet enquanto um direito fundamental, bem como ligações mais rápidas e estáveis, à liderança da UE no desenvolvimento do 5G, à regulação do *smart working*, a uma maior responsabilidade social das empresas, a medidas para combater a desinformação, ao impacto da tecnologia na saúde, à necessidade de flexibilizar o trabalho, integrando as várias modalidades, e ao reforço do mercado interno da UE. No período de debate os participantes focaram aquelas questões bem como a necessidade de se proibir que sejam os algoritmos a determinar os direitos dos cidadãos como por exemplo o acesso ao ensino, ao trabalho, e os despedimentos, o uso das criptomoedas para os regimes autoritários contornarem as sanções, o recurso ao teletrabalho como justificação de despedimentos e para a redução de salários, o direito ao desligamento, a proibição dos sistemas de vigilância em massa em espaços públicos, a necessidade de se criarem sistemas seguros para partilhar dados, bem como a questão da sobreposição de algumas recomendações. Mencionou-se, também, o papel das plataformas digitais, a luta contra a desinformação, a soberania tecnológica, digital e económica, a rede 5G, o compromisso assumido pela UE de duplicar a quota de fabrico dos semicondutores bem como em assegurar toda a cadeia de abastecimento, a urgência de um quadro legislativo para a Inteligência Artificial que assegure o respeito pelos Direitos fundamentais e a internet gratuita aberta acessível.

A Presidente encerrou a reunião, informando que após a sessão plenária, os contributos seriam compilados, visando a redação uma proposta de conclusões que, seria apresentada e debatida na próxima reunião.

Grupo de trabalho sobre democracia europeia: A reunião foi presidida por Manfred Weber, Deputado ao Parlamento Europeu, que informou que tinha sido distribuído um documento oficioso por todos os participantes, com uma proposta de recomendações, visando o seu debate, com o objetivo de obter um acordo sobre o seu conteúdo entre as quatro componentes da Conferência (Parlamentos nacionais, Parlamento Europeu, Comissão Europeia e Conselho) e os cidadãos.

Informou que o documento estava organizado de forma temática, iniciando-se a sua discussão pelo capítulo «Maior participação e envolvimento dos cidadãos». Neste contexto, os membros aludiram à participação da sociedade civil e ao papel dos parceiros sociais na União Europeia, e ressaltaram a importância da plataforma digital. Foi feita referência à exequibilidade dos referendos vinculativos ao nível da UE, aos limites aos mandatos dos cidadãos eleitos para as Assembleias de cidadãos, ao

funcionamento das eleições, aos mecanismos de participação de cidadãos e à necessidade de garantir a participação de todos os cidadãos, incluindo os portadores de incapacidades. Relativamente aos capítulos sobre «Educação e Comunicação compreensível» e a «Geração Jovem e como aproximá-los à Europa», os participantes concordaram com a promoção de um mecanismo de consulta aos jovens no processo legislativo europeu, destacaram a importância de incluir no currículo educativo os valores e funcionamento da UE, a criação de mecanismos de verificação de informações e combate às *fake news* e referiram que o programa Erasmus devia ser alargado. Quanto ao capítulo «Estado de Direito e o papel da legislação», os membros do grupo de trabalho mencionaram a pertinência de incluir o contributo da sociedade civil aquando da avaliação do cumprimento do Estado de Direito pelos Estados-Membros, nomeadamente, quanto ao cumprimento da liberdade de expressão, destacaram que o mecanismo de controlo do cumprimento do Estado de Direito deveria ser vinculativo suscitando-se a questão de saber a quem deveria caber a responsabilidade de supervisão, tendo em vista a garantia do equilíbrio democrático e a separação de poderes. Sublinhou-se ainda que o método de votação no Conselho deveria ser alterado para uma maioria qualificada, extinguindo-se a tomada de decisões por unanimidade. Findo o debate, o Presidente do grupo de trabalho informou que iria atualizar o documento de trabalho em conformidade com os comentários apresentados na reunião e solicitou a todos os participantes que remetessem, por escrito, as suas sugestões ao documento, e que o secretariado comum carregasse o documento numa plataforma em linha para que todos pudessem ter acesso às alterações apresentadas pelos participantes, promovendo desse modo, uma maior transparência.

Grupo de trabalho sobre migração: A reunião do presente grupo de trabalho foi presidida pelo Deputado Alessandro Alfieri, do Senado italiano, que começou por condenar o bombardeamento feito a um hospital em Mariupol (Ucrânia), e felicitou a UE pela resposta rápida com fortes sanções e a ativação do mecanismo de solidariedade temporária para pessoas que fogem da guerra. Referiu, ainda, que a adoção de regras comuns no sistema de asilo pretende criar condições similares nos Estados-Membros para o acolhimento, a habitação e o acesso a diversos serviços. Por fim, deu nota da ausência de comentários ao projeto de ata da última reunião, pelo que a mesma se considerava aprovada e seria traduzida e carregada na plataforma digital multilíngue.

De seguida, passou a palavra aos representantes dos painéis dos cidadãos para concluírem a apresentação das recomendações adotadas pelo 4.º painel de cidadãos europeus, subordinado ao tema «A UE no mundo/Migração», tendo sido destacadas as recomendações referentes à criação de um conceito europeu e coerente de migrações, baseado nos direitos humanos, na transparência e solidariedade, o apoio nos processos de asilo, geridos pela Agência da UE para o Asilo, a substituição do sistema de Dublin, a criação de centros de asilo para menores não acompanhados, um papel mais ativo junto dos países de origem para abordar as questões de fundo, a promoção da migração de pessoas qualificadas, através de um sistema de migração laboral para a UE, o reconhecimento unificado

de diplomas profissionais, ofertas de integração cultural e linguística, a criação de uma agência integrada, constituída com base na Rede Europeia de Cooperação de Serviços de Emprego, a harmonização de condições de trabalho em toda a UE e uma política de migração conjunta e coletiva. Após referir que a próxima reunião do grupo de trabalho servirá para trabalhar as recomendações tendo em vista alcançar uma proposta final, o Deputado Alessandro Alfieri deu início ao período de debate, em torno de 3 temáticas – migração legal, migração irregular e política de asilo e integração -, e durante o qual os membros do grupo de trabalho realçaram as questões referentes à cooperação com os países de origem para combater as causas da migração e apoiar o seu desenvolvimento económico, processos de pedidos de asilo mais céleres e de acordo com regras comuns, a necessidade de assegurar um forte apoio financeiro, logístico e operacional para a gestão do primeiro acolhimento, o reforço do mandato da Agência da UE para o Asilo, tendo em vista uma distribuição justa dos migrantes, a criação de um sistema de migração laboral para a UE baseado nas necessidades reais dos mercados de trabalho europeus, a possibilidade de prever uma reserva de talentos, com base nas competências dos cidadãos, uma política comum de acolhimento, com instalações similares em cada fronteira, a substituição da Diretiva relativa a normas mínimas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo por um regulamento comunitário obrigatório, assim como a substituição do sistema de Dublin por um sistema comum e transparente que garanta uma distribuição equitativa e proporcional dos requerentes de asilo, e maior poder e independência para a FRONTEX, bem como maior transparência na sua atuação. O Deputado Dimitris Kaidiris, do Parlamento helénico, copresidente do grupo de trabalho, tomou a palavra para felicitar a Comissão Europeia pela sua rápida ação e sem precedentes na atual crise na Ucrânia, com apoio humanitário e a receção sem restrições de migrantes, e resumiu como pontos essenciais de consenso a existência de vias legais para a migração, baseadas nos direitos humanos e com base numa responsabilidade partilhada entre os Estados-Membros e o reforço do apoio para os países de origem.

Grupo de trabalho sobre educação, cultura, juventude e desporto: A reunião foi presidida por Silja Markkula, Presidente do Fórum Europeu da Juventude, a qual, após as suas considerações iniciais, introduziu o ponto da ordem de trabalhos dedicado à análise das recomendações do Painel 1 sobre a temática «Uma Economia mais forte, justiça social e emprego/educação, juventude, cultura e desporto/transformação digital». Deu nota dos tópicos em discussão, nomeadamente educação, jovens e o emprego, desporto, multilinguismo, intercâmbio cultural e proteção do ambiente e temas digitais. O debate dos temas referidos iniciou-se com a apresentação das recomendações pelos representantes dos painéis de cidadãos, a que se seguiu a intervenção dos membros do grupo de trabalho. Em matéria de educação, os participantes mencionaram a importância de promover a mobilidade de estudantes e de professores e o programa ERASMUS, ressaltaram a ausência de recomendações específicas dirigidas ao ensino superior, e sublinharam a pertinência de harmonizar os programas

escolares a nível europeu, visando um ensino de qualidade. Mencionou-se, também, a criação do Espaço Europeu da Educação, o reconhecimento de diplomas, a promoção do multilinguismo, a formação ao longo da vida e em contexto de trabalho (estágios) e a introdução do ensino de competências sociais nas escolas. No que respeita à relação entre os jovens e o emprego, aludiu-se à pertinência de diligenciar estágios para jovens, permitindo-lhes adquirir uma visão transversal do mercado de trabalho, a importância de elaborar planos que minimizem os efeitos das crises nos jovens, o enquadramento dos efeitos da crise na Ucrânia nas recomendações, a criação de uma base de dados dedicada ao voluntariado, a valorização das competências informais e a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão. Quanto à temática do desporto, ressaltou-se a importância de promover a prática do desporto e da realização de olimpíadas entre os Estados-Membros, e a sua influência na aproximação das pessoas e na promoção da qualidade de vida e, ainda, a relação entre o desporto e a identidade europeia.

Em relação ao multilinguismo, destacou-se a importância de os cidadãos serem fluentes numa segunda língua, podendo introduzir-se a língua inglesa, de modo a facilitar o entendimento entre as pessoas dos diferentes Estados-Membros. Foram referidas as dificuldades associadas à obtenção obrigatória do nível C1 numa segunda língua, conforme constante das recomendações, e a pertinência de também serem ensinadas as línguas minoritárias, transfronteiriças ou regionais. Em relação ao intercâmbio cultural e à proteção do ambiente, os participantes aludiram à promoção de promover uma educação para a internet e a formação na área da digitalização. Referiram a necessidade de desenvolver o estatuto dos artistas europeus e de criar passes culturais para os jovens, mencionando ser relevante associar a cultura à digitalização. Também é importante criar uma plataforma para a partilha de matérias sobre alterações climáticas ou promover as existentes, assim como promover o intercâmbio e a mobilidade. Por último, quanto à matéria dos temas digitais, foi referido o combate à desinformação e às notícias falsas, a relação entre a educação e os meios de comunicação social e a possibilidade de afetar fundos europeus aos serviços de informação que disponibilizam informação verificada e fidedigna. Findo o debate, a Presidente do Grupo de Trabalho, Silja Markkula informou que seria elaborada uma resenha dos temas debatidos, visando a sua apresentação, pelo porta-voz do grupo, em sessão plenária, dando por encerrada a reunião.

As gravações integrais das reuniões dos Grupos de Trabalho estão disponíveis [aqui](#).

3. SESSÃO PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

A quarta sessão plenária da Conferência sobre o Futuro da Europa realizou-se em Estrasburgo, nos dias 11 e 12 de março, e a respetiva [agenda](#) incidiu sobre a apresentação, pelos representantes dos Painéis de Cidadãos Europeus e dos Painéis de Cidadãos Nacionais relacionados, das recomendações adotadas no

âmbito do [Painel 1](#) «Uma Economia mais forte, justiça social e emprego/educação, juventude, cultura e desporto/transformação digital» e do [Painel 4](#) «A UE no mundo/Migração».

A reunião foi copresidida por Guy Verhofstadt (Parlamento Europeu), Dubravka Šuica (Comissão Europeia) e Clément Beaune (Conselho) e, durante o primeiro ponto da ordem de trabalhos, aludiu-se ao conflito entre a Ucrânia e a Rússia, nomeadamente os seus efeitos e consequências, tendo sido manifestada solidariedade para com o povo ucraniano. Em seguida, foi realizado um minuto de silêncio em homenagens às vítimas ucranianas.

O segundo ponto da ordem de trabalhos dedicou-se à apresentação das recomendações do Painel de Cidadãos Europeus e dos Painéis Nacionais relacionados, sobre a temática «Educação, cultura, juventude e desporto». Os participantes referiram a problemática do desemprego jovem, o interesse em promover bons hábitos, o combate à desinformação e às notícias falsas, a importância de financiar programas de intercâmbio e mobilidade, o multilinguismo, e a pertinência de promover o reconhecimento mútuo de diplomas, a formação em contexto profissional e as competências pessoais («*soft skills*»). Destacou-se, também, a relação entre o desporto e a identidade europeia e os valores europeus.

Interveio neste ponto a Deputada Fabíola Cardoso que, após os habituais cumprimentos, sublinhou a recomendação n.º 27 do painel 1, nos termos da qual, todas as famílias devem ser reconhecidas e beneficiar dos seus direitos enquanto tal, em todos os países europeus. Referiu que esta questão assume particular importância no contexto de guerra que se vive na Ucrânia, sendo também pertinente no âmbito do futuro da Europa e do projeto de democracia e paz europeus.

Seguiu-se a discussão do tópico «A UE no mundo/Migração», que iniciou com a participação de uma delegação ucraniana que aludiu à situação que se vive na Ucrânia por força do conflito com a Rússia, tendo sido salientadas as consequências e efeitos da guerra nas famílias ucranianas. Mencionaram-se, também, as repercussões que a guerra tem na economia e na vida das pessoas, sobretudo no que respeita às infraestruturas. Foi ainda ressaltada a solidariedade demonstrada pelos países europeus através do acolhimento dos refugiados ucranianos, e a adoção, pelos Chefes de Estado e do Governo, da Declaração sobre a Agressão Militar da Rússia contra a Ucrânia.

Neste âmbito, teve lugar a apresentação das recomendações do Painel de Cidadãos Europeus e dos Painéis Nacionais relacionados, seguindo-se a intervenção do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrel, que deu nota da decisão de financiar a ajuda militar da União Europeia à Ucrânia em 500 milhões de euros e sublinhou a necessidade de fazer mais pela Ucrânia e de deter o fluxo de financiamento à Rússia. Referiu, também, que a união faz a

força, sobretudo em áreas como autonomia, autossuficiência, estabilidade, parcerias e ação climática. Aludiu às recomendações dos cidadãos, destacando as referências às forças armadas conjuntas, à tomada de decisão por maioria qualificada, à autonomia estratégica, ao alargamento da União, à responsabilidade estratégica da União, à transição ecológica e às alterações climáticas e aos seus efeitos. Referiu ser importante relacionar os valores e os interesses conforme previsto nos Tratados, visando encontrar o ponto de equilíbrio, e que a força da Europa assenta na solidariedade e união, em torno de uma cultura estratégica comum. Destacou a assinatura da Declaração de Versalhes e a referência à bússola estratégica, a segurança estratégica e a cibersegurança e a necessidade de uma maior cooperação na Europa. Durante o debate, os membros do plenário da Conferência salientaram as formas de apoiar a Ucrânia e a importância de reforçar a defesa do espaço europeu e as competências da Europol. Mencionaram a possibilidade de implementar um Ministério dos Negócios Estrangeiros a nível europeu, o combate à concorrência desleal, a resolução de conflitos, o alargamento da União Europeia, a transição ecológica, digital e energética, a dimensão geopolítica da União Europeia, a parceria com países terceiros, a dependência energética da União, a existência de um sistema comum de defesa e política externa, a autonomia estratégica e a relação entre a União Europeia e a NATO.

A terceira sessão da reunião plenária incidiu sobre a discussão do tópico «Uma Justiça mais forte, justiça social e emprego», tendo sido apresentadas as recomendações dos Painéis de Cidadãos, seguido de debate. Durante esta sessão, foram referidos temas como o salário mínimo, o tempo de trabalho, o envelhecimento da sociedade, a diminuição da taxa de natalidade, a licença de parentalidade alargada e o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. Mencionou-se o trabalho «inteligente», o direito à saúde, a sustentabilidade, a requalificação e formação, a fuga de cérebros, a independência energética, as energias renováveis e fontes de energia nuclear, a harmonização das políticas sociais, a mobilidade profissional, a criação de emprego, a coesão social, a valorização dos trabalhadores, o emprego jovem, o instrumento permanente de estabilização da economia, o pacto de estabilidade e crescimento, a governação macroeconómica, a política fiscal, a tributação justa, a harmonização fiscal, o investimento privado, a união de mercados de capitais, o combate à evasão fiscal, a igualdade de género e a habitação social.

Quanto à matéria relacionada com a «Transformação Digital» e respetivo debate, aludiu-se à utilização de dados pessoais, ao direito ao esquecimento, ao direito de acesso à internet, à importância de existirem infraestruturas adequadas, aos crimes cibernéticos, ao reforço das capacidades da Europol, ao «trabalho inteligente», à harmonização das normas sobre segurança cibernética, à proteção de dados, à carta digital, à desinformação, ao acesso à internet em zonas remotas, à transição digital para as pessoas com necessidades especiais, à interoperabilidade de dados, ao acesso a serviços digitais, à soberania digital,

ao princípio do ser humano em controlo, à cibersegurança e à relação das crianças, jovens e idosos com as novas tecnologias.

Por fim, seguiu-se o debate sobre o tópico «Migração» em que os participantes referiram-se ao estabelecimento de normas mínimas em matéria de asilo, comuns a todos os Estados-Membros, à disponibilização de cursos sobre línguas e sobre a cultura e valores europeus para os requerentes de asilo, facilitando a sua integração no país de acolhimento, à criação de um organismo europeu dedicado a esta matéria, ao reconhecimento das qualificações universitárias dos requerentes de asilo, à prestação de mais investimento e apoio aos países de origem, à migração económica, à repartição justa do acolhimento de requerentes de asilo, à regulamentação de fluxos migratórios, ao reforço das sanções aplicáveis à violação de Direitos Humanos, à diferenciação entre migração legal, irregular e asilo, ao reforço das competências da FRONTEX, às políticas migratórias nacionais, ao pacto de migração e asilo, à existência de campos de refugiados, à discriminação, às alterações climáticas, ao tráfico de seres humanos, ao sistema de Dublin e à crise na Ucrânia.

Os debates contaram com a participação dos representantes do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão Europeia, dos Parlamentos nacionais, dos parceiros sociais e dos cidadãos.

Notas finais:

A próxima reunião plenária da Conferência sobre o Futuro da Europa terá lugar nos dias 25 e 26 de março de 2022.

Toda a documentação referente à reunião plenária pode ser consultada na [Plataforma Digital Multilíngue](#) e a reprodução integral em vídeo da reunião está disponível em linha, no [centro multimédia do Parlamento Europeu](#).

Assembleia da República, 08 de abril de 2022.

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus¹



(Deputado Luís Capoulas Santos)

¹A presente Conferência teve lugar no decorrer da 3.ª sessão legislativa da XIV Legislatura, sendo a Comissão de Assuntos Europeus presidida pelo Deputado Luís Capoulas Santos.